

SUMÁRIO

Capítulo 1 – DISCIPLINA JURÍDICA DA ATIVIDADE EMPRESARIAL	11
1.1. Atividade econômica e atividade empresarial	11
1.2. Desenvolvimento histórico do tratamento dado aos empresários	12
1.3. Fontes do direito empresarial	13
1.4. Direito empresarial	15
1.5. Autonomia do direito empresarial	16
1.6. Teoria dos atos de comércio	17
1.7. Teoria da empresa	18
1.8. Sistema brasileiro atual de caracterização do empresário	20
1.9. Capacidade do empresário	20
1.10. Normas empresariais	21
Capítulo 2 – OBRIGAÇÕES DO EMPRESÁRIO	24
2.1. Empresário individual	24
2.2. Exploração coletiva da atividade empresarial	24
2.3. Obrigações burocráticas dos empresários	25
2.3.1. Registro de empresa	25
2.3.2. Escrituração	26
2.3.3. Demonstrações financeiras	27
Capítulo 3 – ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	30
3.1. Conceito, natureza e elementos	30
3.2. Alienação do estabelecimento	31
3.3. Locação comercial	32
3.3.1. Requisitos	33
3.3.2. Exceção de retomada	33
3.3.3. Ação renovatória	33
3.4. Nome comercial	34
3.5. Título de estabelecimento	35
Capítulo 4 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL	38
4.1. Noção de propriedade intelectual	38

4.2. Bens da propriedade industrial	39
4.2.1. Invenções	39
4.2.2. Modelos de utilidade	39
4.2.3. Patenteabilidade	40
4.2.4. Desenho industrial	42
4.2.5. Marcas	42
4.2.6. Indicações geográficas	43
4.3. Práticas de concorrência desleal	43
4.4. Contratos de transferência de tecnologia	44
Capítulo 5 – SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	47
5.1. Sociedade empresária	47
5.2. Personalização	47
5.3. Classificação	48
5.4. Nacionalidade	48
5.5. Desconsideração da personalidade jurídica	49
5.6. Tipos societários	49
5.6.1. Sociedade simples	50
5.6.2. Sociedade em nome coletivo	50
5.6.3. Sociedade em comandita simples	51
5.6.4. Sociedade em comum	51
5.6.5. Sociedade em conta de participação	52
5.6.6. Sociedade limitada	52
5.6.6.1. Constituição	52
5.6.6.2. Deveres e responsabilidade dos sócios	53
5.6.6.3. Direitos dos sócios	53
5.6.6.4. Administração	53
5.6.7. Relações entre sociedades	54
5.6.8. Sociedade por ações	54
5.6.8.1. Características gerais das companhias	54
5.6.8.2. Sociedades abertas e fechadas	55
5.6.8.3. Noção de mercado de capitais	55
5.6.8.4. Bolsas de valores	55
5.6.8.5. Comissão de valores mobiliários	55
5.6.8.6. Ações e outros valores mobiliários	56
5.6.8.7. Capital social	57
5.6.8.8. Constituição	57
5.6.8.9. Órgãos societários	58
5.6.8.10. Administração da companhia	58
5.6.8.11. Poder de controle e acionistas minoritários	59

5.6.8.12. Subsidiária integral	60
5.6.8.13. Procedimentos de reorganização societária	60
5.6.8.14. Sociedade de economia mista	61
5.6.8.15. Consórcios	61
5.6.8.16. Grupo de sociedades	62
5.6.8.17. Sociedade em comandita por ações	62
5.6.8.18. Crimes contra o mercado de capitais	63

Capítulo 6 – TÍTULOS DE CRÉDITO	66
6.1. Definição	66
6.2. Princípios do direito cambiário	66
6.3. Classificação dos títulos de crédito	67
6.4. Constituição e exigibilidade do crédito cambiário	68
6.4.1. Saque	68
6.4.2. Aceite	68
6.4.3. Endosso	68
6.4.4. Aval	69
6.4.5. Vencimento	69
6.4.6. Pagamento	69
6.4.7. Protesto	70
6.5. Ação cambial	70
6.6. Título em espécie	70
6.6.1. Letra de câmbio	70
6.6.2. Nota promissória	71
6.6.3. Cheque	71
6.6.4. Duplicata	72
6.6.5. Títulos de crédito impróprios	73
6.6.6. Títulos bancários	74

Capítulo 7 – CONTRATOS EMPRESARIAIS	76
7.1. Contratos do empresário	76
7.2. Disposições contratuais no Código Civil	76
7.3. Contratos em espécie	76
7.3.1. Compra e venda	77
7.3.2. Contratos de colaboração	77
7.3.2.1. Representação comercial	78
7.3.2.2. Distribuição	79
7.3.2.3. Concessão	80
7.3.2.4. Comissão	80
7.3.3. Arrendamento mercantil	81
7.3.4. Fomento mercantil	82

7.3.5. Alienação fiduciária em garantia	82
7.3.6. Desconto bancário	82
7.3.7. Contrato de franquia	83

Capítulo 8 – RECUPERAÇÃO DE EMPRESA E FALÊNCIA 86

8.1. Empresa em crise	86
8.2. Direito concursal	86
8.3. Lei n. 11.101/2005	87
8.3.1. Disposições preliminares	87
8.3.2. Recuperação judicial	88
8.3.2.1. Pedido de processamento	89
8.3.2.2. Plano de recuperação	90
8.3.2.3. Procedimento de recuperação	90
8.3.2.4. Convolução em falência	91
8.3.3. Recuperação extrajudicial	91
8.3.4. Falência	92
8.3.4.1. Procedimento para a decretação da quebra	92
8.3.4.2. Falência requerida pelo próprio devedor	93
8.3.4.3. Efeitos da decretação da quebra	93
8.3.4.4. Classificação dos créditos	94
8.3.4.5. Pedido de restituição	95
8.3.4.6. Inabilitação empresarial, dos direitos e dos deveres do falido	96
8.3.4.7. Arrecadação e custódia dos bens	96
8.3.4.8. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência	97
8.3.4.9. Realização do ativo	98
8.3.4.10. Pagamento aos credores	99
8.3.4.11. Encerramento da falência	99
8.3.5. Disposições comuns à recuperação judicial e à falência	100
8.3.5.1. Verificação e habilitação dos créditos	100
8.3.5.2. Administrador judicial	101
8.3.5.3. Comitê de credores	101
8.3.5.4. Assembleia geral de credores	102
8.3.6. Disposições penais e processuais penais	103

Capítulo 9 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 106

9.1. Disciplina constitucional	106
9.2. Lei Complementar n. 123/2006	106
9.2.1. Caracterização das microempresas e empresas de pequeno porte	107

9.2.2. Aspectos práticos do tratamento diferenciado	108
9.3. Plano especial de recuperação judicial	109
Capítulo 10 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	111
10.1. Disposição constitucional	111
10.2. Lei n. 4.595/64	111
10.2.1. Conselho Monetário Nacional – CMN	112
10.2.2. Banco Central do Brasil – BACEN	113
10.2.3. Banco do Brasil S/A	113
10.2.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	114
10.2.5. Instituições financeiras públicas	114
10.2.6. Instituições financeiras privadas	115
10.2.7. Comitê de Política Monetária – COPOM	115
10.2.8. Cooperativas de crédito	116
10.3. Sigilo das operações de instituições financeiras	117
10.3.1. Empresas de fomento comercial ou <i>factoring</i>	117
10.3.2. Limites legais do dever de sigilo	118
10.3.3. Decretação da quebra do sigilo financeiro	118
10.4. Intervenção e liquidação extrajudicial de instituição financeira	119
10.4.1. Intervenção	120
10.4.2. Liquidação extrajudicial	121
10.4.3. Regime de administração especial temporária	123
10.4.4. Responsabilidade solidária dos controladores	124
10.5. Sistema Financeiro da Habitação	124
10.6. Moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil ..	125
10.7. Operações de câmbio	126
10.7.1. Modalidades de câmbio	127
10.7.2. Operação de câmbio não autorizada	127
10.8. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	127
Capítulo 11 – COMÉRCIO ELETRÔNICO	132
11.1. Evolução tecnológica	132
11.2. Comércio-e	132
11.3. Estabelecimento empresarial virtual	133
11.4. Contrato eletrônico	134